

Sérgio da Mata



## A dialética do *aggiornamento*

Belo Horizonte antecipou muitas das mudanças introduzidas no catolicismo pelo Concílio Vaticano II, mas a abertura para o mundo moderno levou a um aprofundamento das divisões no próprio campo religioso, marcado por intensa radicalização político-ideológica.

> O *historiador católico* é um espécime em extinção. Nada indica, porém, que o catolicismo esteja para desaparecer. Como então entender que sejam tão raros os historiadores *do catolicismo*?

Pertence à natureza mesma do homem o fato de que tudo aquilo que lhe é familiar não desperta sua atenção. O que aciona o olhar é a *diferença*. Uma paisagem sempre será observada com mais cuidado e interesse da primeira vez que me defrontar com ela. Todavia – demonstra-o a experiência – este efeito dura pouco. O impacto e a intensidade do primeiro encontro diminuem na razão inversa da minha familiaridade com aquela paisagem. No limite, o que antes me seduzia virtualmente desaparece – não lhe dou mais atenção. Dito de uma forma um tanto polêmica: tudo o que é cotidiano torna-se *invisível*.

Na ciência histórica as coisas não se dão de outro modo. O fato de haver tão poucos estudos sobre a história do catolicismo em Belo Horizonte demonstra o quanto ele continua uma realidade cotidiana para a maioria de nós, e isso indiferente da (ir)religião do historiador. Nessa cidade, o catolicismo é ainda demasiado familiar para tornar-se academicamente *visível*.

Sem um esforço consciente no sentido de rompermos momentaneamente com nossa atitude *natural* em face do mundo e da vida, não é possível tomar o catolicismo como objeto de análise científica. Devemos, pois, observá-lo “com outros olhos”.<sup>1</sup> Somente esse estranhamento permitirá a transformação do cotidiano em *problema*.

### Ver, julgar, agir

A rigor, a história da Igreja católica belo-horizontina se inicia em 1922 com a posse de seu primeiro bispo, Dom Antônio dos Santos Cabral. A modernidade urbanística

da capital, curiosamente, não passava de um simulacro sob o qual as tradicionais visões de mundo e de socialização ainda ditavam suas regras. Um observador perspicaz, Oliveira Vianna, escreveu que Belo Horizonte era então uma “cidade deserta”, que “reclamava transeuntes”. Para Vianna, “os que construíram essa esplêndida cidade quiseram talvez urbanizar a alma mineira”, sem sucesso.<sup>2</sup> Já no que diz respeito à atuação da Igreja na esfera pública, Belo Horizonte cedo se afasta do modelo predominante na velha Mariana. A reaproximação entre elite política e hierarquia eclesiástica, que teve em Dom Sebastião Leme e Vargas suas figuras de proa no plano nacional, fora antecipada em Minas por Dom Cabral e Antônio Carlos.

Paralelamente ao restabelecimento da aliança entre Igreja e Estado, a década de 1930 assiste ao surgimento de uma divisão entre dois grupos católicos da capital, caracterizados por Edgar Godói da Mata Machado como “maritainianos” e “integralistas”.<sup>3</sup> O primeiro era composto de intelectuais católicos influenciados pelo pensamento neotomista de Jacques Maritain e seu conceito de “ideal histórico”.

Tais premissas levaram este grupo a se opor ao autoritarismo político e a posicionar-se contra Franco à época da Guerra Civil Espanhola. No âmbito propriamente eclesial, os “maritainianos” estavam entre os entusiastas do *movimento litúrgico* que teve tão boa acolhida por parte de Dom Cabral. Tal movimento tinha como objetivo combater a *ignorância* religiosa por meio de uma maior participação dos fiéis na liturgia, o que lhe custou duras críticas dos setores tradicionalistas.<sup>4</sup>

Sobre os “integralistas”, divergem as avaliações quanto a sua penetração entre os católicos da capital. Fato é que um homem como o padre Álvaro Negromonte, que exerceria forte influência sobre Dom Cabral, escreveu um artigo n’*O Horizonte*, pouco após a ascensão de Vargas ao poder, em que afirmava estar a democracia “falida,

Dom Antônio dos Santos Cabral, primeiro Arcebispo de Belo Horizonte, recebendo a imposição do pálio do Núncio Apostólico Dom Henrique Gasparri, 1923. Fotografia de Gines Gea Ribera. Arquivo Público Mineiro - OM-2-011 (01).



por toda a parte” e que preferia pensar “que nunca mais precisaremos eleger um presidente da República”.<sup>5</sup> Ao que tudo indica, tais divisões mantiveram-se ao longo da década seguinte, à medida em que ganhava força a Ação Católica. Contra o incremento da participação leiga se insurgiam os jesuítas, tidos então como mentores dos tradicionalistas.<sup>6</sup>

Havia em Belo Horizonte uma extensa rede de movimentos de apostolado leigo, todos eles de perfil tradicionalista: Congregados Marianos, Filhas de Maria, Apostolado da Oração, Movimento Familiar Cristão e Círculos Operários,<sup>7</sup> além das conferências da Sociedade São Vicente de Paula (cerca de 200 ao fim da década de 1930). Todavia, a grande aposta de Dom Cabral a fim de buscar uma “re Cristianização da sociedade” seria a Ação Católica. Iniciada no Brasil em 1935, a AC deveria manter-se “fora e acima da política”.<sup>8</sup> Em que pesem tais advertências, estas novas formas de movimento leigo, ao invés de afastar o indivíduo do *mundo* da política, reintroduziam-no nele.

Os avanços iniciais da AC foram tímidos. O anti-comunismo, o reformismo social pautado pelos princípios da encíclica *Rerum novarum* e a ênfase evangelizadora marcam a sua atuação até a década de 1950. Ao fim da mesma, entretanto, três fatos influenciariam de forma decisiva a trajetória dos movimentos católicos na capital: a posse de Dom João Resende Costa como arcebispo coadjutor (1957), a eleição do papa João XXIII (1958) e a Revolução Cubana (1959). O sinal mais evidente de que a AC gerara frutos com os quais sequer sonhara Dom Cabral foi o documento produzido pelo grupo da Juventude Universitária Católica (JUC) de Belo Horizonte e apresentado em julho de 1960 no Rio de Janeiro: *Algumas diretrizes de um ideal histórico cristão para o povo brasileiro*. O capitalismo é ali duramente criticado. Defendia-se uma ampla transformação social: primazia do trabalho sobre o capital, substituição do regime de propriedade privada e da obsessão pelo lucro por uma

maior prioridade às necessidades da *pessoa* e do povo brasileiro, e fim da *condição proletária*.

A crescente politização dos católicos da capital pode ser constatada também entre os tradicionalistas. Em 1956, nascia o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), fundado pelo padre João Botelho. Num contexto marcado pelo anseio crescente por *reformas* – sobretudo a agrária –, pelas idas e vindas da política externa de Jânio Quadros e pela crise político-militar que cerca a posse de João Goulart, o MMC pretendia empunhar a bandeira da “moral e os bons costumes” e alertar a população quanto ao “perigo comunista”. Nem de longe encontramos nele a mesma sofisticação teórica da JUC. Seu objetivo é a demolição da imagem de lideranças políticas esquerdistas e a demonização do comunismo. Para tanto, Botelho lança mão de uma curiosa mistura de arquétipos bíblicos e informações de autenticidade no mínimo duvidosa.<sup>9</sup>

### Excludentes e inclusivos

Para uma figura importante do clero belo-horizontino na década de 1960, a Igreja da capital era “particularmente conflitiva e dividida”.<sup>10</sup> Os fatos parecem corroborar essa avaliação. À oposição “maritainianos” *versus* “integralistas” se segue a oposição Juventude Universitária Católica *versus* Movimento por um Mundo Cristão. Entre essas diferentes modalidades de ser católico as rupturas não são menos evidentes que as continuidades. E se não foram as únicas existentes, certamente elas servem de referencial a partir dos quais podemos identificar duas identidades católicas básicas na Belo Horizonte da segunda metade do século XX.

De um lado, temos uma identidade católica tradicionalista, *excludente*. Ela é *pouco permeável*, ou seja, inclinada a não se integrar, conviver ou assimilar elementos simbólicos provenientes de outras confissões

e visões de mundo. É pouco dada a hibridizações. Em questões de ordem pastoral e litúrgica, seus representantes permanecem fiéis ao breviário tridentino. Outro traço marcante é o seu apego às formas consagradas de relação da instituição e dos fiéis com o *mundo*: assistencialismo no que diz respeito aos problemas sociais; *santa harmonia* no que concerne às relações entre poder civil e eclesiástico. Sua postura em relação à ordem social pode variar entre indiferença, apoio crítico e defesa entusiástica.

A esta se opõe uma identidade católica *inclusiva*. Minoritária em termos quantitativos, ela é mais *permeável*, de forma que sua tônica é quase que exatamente inversa: não-tradicionista e razoavelmente *híbrida*. É composta de um grupo numeroso nos quadros da Ação Católica, em especial nos seus ramos estudantis e operários. Entre os sacerdotes, *grosso modo* é representada pelos assistentes eclesiásticos da AC e os responsáveis por paróquias situadas em bairros operários. Impregnada pelo espírito das *encíclicas sociais*, tende a assumir posições pouco ortodoxas no plano intra-eclesiástico (favorável à colegialidade) e extra-eclesiástico (reconhece a importância do ecumenismo e a historicidade do invólucro político-social). Sua atitude em relação aos ideais socialista ou reformista é antes de simpatia que de histeria. A assimilação do *aggiornamento* suscitado pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) foi-lhe quase que imediata.<sup>11</sup>

A abertura para o mundo moderno, para o diálogo inter-religioso e para a assim chamada *questão social* – tendências que não foram introduzidos pelo Concílio, mas que dele receberam extraordinário impulso<sup>12</sup> – têm sua contraparte política na América Latina com a Revolução Cubana e a posse de João Goulart. Este ambiente fortalecia e legitimava os setores inclusivos do catolicismo belo-horizontino, muito embora constituíssem uma minoria. Tomemos dois exemplos. Em fevereiro de 1962, a Juventude Estudantil Católica (JEC) é

repreendida por Dom João Resende Costa por sua simpatia pelo “regime castrista”.<sup>13</sup>

As lideranças da JUC, por sua vez, insatisfeitas com o cerco da hierarquia à sua livre atuação política, decidem criar a Ação Popular (AP) a fim de escapar ao controle dos bispos. Redigido por um jovem e brilhante filósofo jesuíta mineiro, padre Henrique de Lima Vaz, o documento-base da AP, embora criticasse o marxismo, apontava a *ação revolucionária* como solução para os problemas brasileiros e concluía: “o grande pecado do cristão hoje será o pecado da omissão histórica”.<sup>14</sup>

### “Capital da intolerância”

“Encolhimento do presente”, “aceleração da história”: eis como alguns analistas de peso caracterizam a experiência do tempo nas sociedades contemporâneas.<sup>15</sup> Para o pesquisador interessado pela história brasileira nos anos 1960, tais conceitos são plenamente operatórios. Dir-se-ia quase, diante do turbilhão de acontecimentos com que nos defrontamos, que esta aceleração é empiricamente *verificável*. Deste turbilhão só nos resta oferecer, sob a perspectiva das relações entre catolicismo e política, uma síntese muito ligeira.

A polarização atinge seu primeiro pico em 1964. Em fins de fevereiro, um grupo de mulheres ligadas ao complexo golpista Ipês-Novos Inconfidentes tumultua um comício de Leonel Brizola em defesa das *reformas* na Secretaria de Saúde.<sup>16</sup> Capitaneando o grupo, o padre Caio de Castro, secretário de Dom Geraldo Sigaud, arcebispo de Diamantina. O episódio gerou uma acalorada polêmica entre membros da Ação Católica e católicos excludentes da capital: ambos os lados acusavam-se mutuamente de servirem a *interesses políticos*.

As críticas dos tradicionalistas, reforçadas pela adesão do arcebispo de Mariana, Dom Oscar Oliveira, se estendem



Clérigos e um grupo de pessoas durante o II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, 1936. Fotografia Casa das Lentes. Coleção Barão Tiesenhausen. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - BT.FOT.2.2.001.

a Dom João Resende Costa, o qual se solidarizara com a AC. Rapidamente, Congregados Marianos e membros da reacionária Tradição, Família e Propriedade (TFP) decidem recolher assinaturas de repúdio à AC na Praça Sete. No dia 12 de março, no mesmo local, as duas facções se envolvem numa briga de tais proporções que foi preciso a intervenção policial a fim de serenar os ânimos. O clima de radicalização levou um jornalista da época a caracterizar Belo Horizonte como “a capital brasileira da intolerância e do ódio”.<sup>17</sup>

Dias depois, consumado o golpe militar, a repressão se abate sobre os católicos inclusivos. O edifício Pio XII, sede da AC, e o convento dos dominicanos são invadidos. Líderes sindicais católicos, como José Gomes

Pimenta, o *Dazinho*, são presos. Padre William Silva, assistente da AC, é indiciado. Em Brasília, prende-se o padre Francisco Lage, extremamente atuante nos programas de sindicalização rural. A hierarquia fez rezar uma missa em louvor ao movimento político-militar ainda no dia 4 de abril, porém os golpistas não pareciam dispostos a se reconciliar com Dom João. Nenhuma das manifestações públicas em louvor à *revolução* contou com sua presença – ao contrário de Dom Sigaud, que àquela altura gozava de imenso prestígio junto aos golpistas e à grande imprensa da capital. Para o arcebispo de Diamantina, o momento não poderia ser de *sentimentalismo*, visto que seria a hora “de cortar, em nossa pátria, para sempre, o câncer moscovita”.<sup>18</sup>



Dom Cabral e prelados da Igreja no altar do II Congresso Eucarístico Nacional em Belo Horizonte, instalado na Praça Raul Soares em 1936. Fotografia Casa das Lentes. Coleção Barão Tiesenhausen. Acervo Museu Histórico Abílio Barreto - BT.FOT.2.2.004.

Os movimentos leigos de perfil inclusivo foram deixados à própria sorte pela hierarquia local. Segundo um religioso, “isso foi sentido, e amargamente sentido, pelos leigos católicos de Belo Horizonte. Muitos se afastaram e alguns deixaram suas convicções religiosas”.<sup>19</sup> Enquanto nas sessões do Concílio Vaticano II se debatia a colegialidade, a necessidade do diálogo inter-religioso e a abertura para o *mundo*, a conjuntura política interna tomava uma direção diametralmente oposta.

### Liturgia e política

Por volta de 1966, era grande a empolgação com o Concílio entre os presbíteros inclusivos, sobretudo os

que tinham estado atuantes no movimento bíblico e litúrgico. É claro que dos católicos excludentes não se poderia esperar o mesmo. Assim reagia um articulista da capital às inovações na liturgia: “Pensa-se numa porção de coisas que podem acontecer. A morte. E o caixão ir pra cova ao ritmo do iê-iê-iê. A família e os amigos a nos acompanhar a passo de ganso. A missa de sétimo dia. E, em vez de cantochão e crepe, o violão a repinicar ‘que tudo mais vá pro inferno’”.<sup>20</sup> As divisões entre as duas identidades católicas mantinham-se, portanto, bastante nítidas.

E quanto à relação entre Igreja e realidade sociopolítica? É certo que àquele momento Dom João e Dom Serafim Fernandes de Araújo, seu bispo auxiliar, haviam

abandonado suas anteriores críticas às estruturas econômico-sociais. A despeito desse recuo, outros setores da Igreja da capital demonstravam uma sensibilidade aguçada para os problemas do *mundo*. Em julho de 1966, franciscanos e dominicanos abriram suas portas aos estudantes que participariam do XXVIII Congresso da UNE. Impossibilitados de se reunirem nos locais previstos – cercados pela polícia –, tudo indica que os estudantes realizaram o Congresso no interior de um dos dois conventos. Isso seguramente contribuiu, como lembra o ex-bispo de Itabira, Marcos Noronha, para que os dominicanos fossem vistos como “um incômodo para a arquidiocese [de Belo Horizonte]”.<sup>21</sup> Também entre os carmelitas da paróquia do Carmo-Sion havia grande receptividade à crescente movimentação no meio estudantil.

As tensões entre as identidades católicas não diminuam. Agora elas se deslocavam gradativamente para o *interior* do clero. A despeito da desarticulação a que submeteram os movimentos da AC no pós-64, Dom João e Dom Serafim estavam firmemente decididos a adequar a Igreja de Belo Horizonte ao assim chamado *espírito do concílio*. Em fevereiro de 1967, nascia o Instituto Central de Filosofia e Teologia (ICFT) da Universidade Católica, radicalmente distinto do modelo de seminário tradicional. O Conselho Presbiteral da arquidiocese, importante passo rumo a uma relativa descentralização decisória, inicia suas atividades no mesmo ano.

A reação ao *aggiornamento* não se fez esperar. Em abril de 1967, um manifesto de católicos excludentes é enviado ao Núncio Apostólico e ao alto clero nacional denunciando o que seus signatários chamavam de “confusão” reinante na Igreja belo-horizontina. Reclama-se de sacerdotes “cujas palavras destoam daquelas verdades que estamos acostumados a ler nos documentos autênticos de nossa fé”, da celebração da missa em vernáculo, da ausência de “disciplina” e até mesmo dos “trajes civis” utilizados por alguns padres.<sup>22</sup>

Em julho, no encontro do clero, produz-se um documento intitulado *O presbítero no mundo de hoje*, em que os participantes reafirmam a necessidade de “ouvir a voz de Deus nos acontecimentos históricos”. “Não tem sentido”, afirmavam, “colocarem-se os padres a serviço de grupos e organismos de dominação”.<sup>23</sup> No mês seguinte, mais de uma centena de padres de diversos Estados (18 deles atuantes na capital) fazem publicar a *Carta de Belo Horizonte*, com proposições ainda mais arrojadas.

Para este grupo, “a linha de ação da Igreja na prática é a convivência com a brutal exploração da população”. Propõe-se o abandono do “padrão burguês”, maior aproximação com operários e estudantes, aceleração da renovação litúrgica, fim da cobrança de taxas pelos sacramentos, maior apoio ao laicato e ordenação de homens casados.<sup>24</sup> É a voz do baixo clero (ou antes: de parte dele), e que Émile Poulat considerou o grande esquecido do Vaticano II.<sup>25</sup>

### O fim da santa harmonia

À agitação nos meios estudantis e às greves operárias no biênio 1968-1969 soma-se o clima de exasperação dos ânimos em setores da Igreja Católica face ao crescente autoritarismo governamental. Após a morte do estudante Edson Luís, no Rio de Janeiro, o jornal oficial da arquidiocese de Belo Horizonte publicava a *Declaração dos Padres*. Nascido no convento dos dominicanos, o texto denunciava o *assassinato* de Luís, criticava duramente o governo e protestava contra a “violência de nossas estruturas”.

Os estudantes do ICFT, por sua vez, declaram-se em estado de assembléia e suspendem as aulas. Uma verdadeira revolução, dizem eles, exigiria “nossa participação e a do povo nas decisões do governo”.<sup>26</sup>

Se é verdade que Dom João e Dom Serafim não se arriscavam, como inúmeros de seus colegas, a criticar abertamente o governo, não é menos verdade que facultaram ao clero inclusivo ampla liberdade de ação; assim como lhe garantiram a generosa e sempre decisiva cobertura d’*O Diário*.

Em julho de 1968, o encontro da Juventude Operária Católica (JOC) em Recife configura um momento decisivo. Entre os representantes de Belo Horizonte estavam o redentorista padre Michel Le Ven, da paróquia do Horto, e Frei Eliseu Lopes, prior dos dominicanos. A conjuntura política, a ampla circulação de literatura marxista no encontro e o estreitamento das ligações entre jocistas e militantes do PCB produziram um efeito que Le Ven resumiu nesses termos: “As coisas começaram a costurar na minha cabeça: o problema não era só o regime militar, a autoridade de um bispo ou outro. Era o sistema social”.<sup>27</sup>

Em outubro, a tentativa de realizar uma segunda grande greve na Cidade Industrial de Contagem é imediatamente abortada pela repressão policial. Com outros envolvidos, é preso o vigário da igreja dos Inconfidentes, padre Peter Lochs. Pela primeira vez desde o golpe militar, Dom João e Dom Serafim fazem uma manifestação política clara: ambos declaram-se contra as “prisões arbitrárias”, as “violências” e o “impedimento do pleno exercício dos sindicatos”. Encerrada um mês antes, a conferência do episcopado latino-americano (em Medellín, Colômbia), com sua “opção preferencial pelos pobres”, seguramente ajuda a explicar esse gesto mais firme. Mas as divisões no clero se acirravam. Enquanto uns defendiam uma tomada de posição ainda mais enérgica de Dom João em face da veemência da repressão, outros preferiam ver a Igreja longe de qualquer envolvimento político. Para um dos membros do Conselho Presbiteral, “Dom João se viu na iminência de perder o seu clero, ou melhor, [de] ter o seu clero rachado definitivamente”.<sup>28</sup>

O engajamento dos jocistas na segunda greve de Contagem custou-lhes caro. No dia 28 de novembro, a paróquia dos assuncionistas do Horto era invadida pela polícia. Professor do ICFT e ativo na JOC, padre Michel Le Ven é levado preso. Com ele, os padres Xavier Benthou, Hervé Croguennec e o diácono José Geraldo da Cruz. Conduzidos à 4ª Companhia de Comunicações, são mantidos incomunicáveis. Como Dom João estava em viagem, coube a Dom Serafim redigir uma homilia para ser lida em todas as paróquias denunciando a “perseguição à Igreja”. Os militares, por sua vez, falam em fantásticos planos de guerrilha na região de Vespasiano, em que tomariam parte os padres franceses. As *provas*: literatura marxista apreendida na paróquia do Horto.<sup>29</sup>

Nas comemorações do 71º aniversário da capital, no dia 12 de dezembro, é oferecido um jantar ao presidente Costa e Silva. Dom João não comparece. Não sabemos ao certo se o arcebispo teve indícios de que seria *persona non grata* ou ausentou-se como forma de protesto pela prisão dos padres franceses e pelo que ocorrera dois dias antes em São Paulo. Na ocasião, Dom Agnello Rossi, presidente da CNBB, fora desconvidado a celebrar a missa de primeira comunhão dos filhos dos militares paulistas.<sup>30</sup> No dia 13, Costa e Silva baixa o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Às 23h daquele dia, os padres do Horto eram embarcados numa kombi pelo tenente-coronel Newton Dias da Motta. Michel Le Ven recorda: “Rodamos até as seis da manhã. E o coronel Motta falando: ‘Essa noite não tem Deus, não tem bispo, não tem papa, não tem lei. Agora vamos matar vocês’”.<sup>31</sup> Felizmente, tudo não passara de um exercício de intimidação. Mas Le Ven admite que ele e os demais foram vítimas de violência física. Ciente do fato, Dom João prepara uma homilia para o dia 15 de dezembro, em que afirma que “os depoimentos dos sacerdotes presos não podem ser aceitos como expressão da verdade, porque foram usados com eles espancamentos e torturas”.<sup>32</sup>

Para setores inclusivos mais exaltados do clero, era chegada a hora de assumir uma atitude ainda mais *profética* – como se costumava dizer. Um abaixo-assinado de clérigos e leigos é enviado no dia 20 a Dom João. O documento pede que a Igreja se desvincule da “minoría dominante” e repudie qualquer atitude que implique “fuga e omissão”.<sup>33</sup>

No dia 30 de dezembro, finalmente, o jornal *O Globo* publica carta anônima denunciando o ICFT de Belo Horizonte. Endereçada a “Dom J.”, o autor atribui a orientação do Instituto a Le Ven e ao frei André Resende. A carta caracteriza a linha de estudos como desprovida de “referência a valores transcendentais”, a eclesiologia como “de caráter horizontal”, e aponta mesmo a existência de “alunos que não acreditam em Deus”. E prossegue, a respeito dos alunos de Le Ven: “Me disse o próprio Dom Serafim há dois meses: estão irreversivelmente perdidos”. O clero estaria *dividido*: “os jovens estão exaltadíssimos, querem luta aberta contra o governo e o Exército (...). Os menos jovens não sabem o que dizer, estão indecisos, perplexos”.<sup>34</sup>

Apurou-se, mais tarde, que a carta tinha sido escrita pelo professor de teologia dogmática do IFCT, padre Orlando Machado, o qual havia sido um dos mais próximos colaboradores de Dom Cabral. Enviada em caráter privado ao vice-presidente da CNBB, Dom José Gonçalves, a carta teria sido vazada intencionalmente por este último.<sup>35</sup> Enquanto padre Orlando se auto-exilava em Portugal, quase todos os professores do ICFT eram indiciados em inquérito policial-militar.

### A tragédia do catolicismo inclusivo

A crise da Igreja belo-horizontina fica ainda mais patente em fins de fevereiro de 1969, quando se realiza o encontro do clero no Colégio Sacre Coeur de Jesus. Os grupos de trabalho identificam problemas advindos do

*aggiornamento*: desde a difícil relação dos fiéis com os sacerdotes que abandonavam o uso da batina, até a “crise de autoridade” que alguns atribuem à “visão ‘institucionalista’ da Igreja”. Para outros, mais grave é a crise de fé: “percebem-se sintomas de falta de fé no clero. Muitos colocam em dúvida certos aspectos dos dogmas”. Há consenso de que setores católicos excludentes (Dom Sigaud, alguns padres e jornalistas da capital) contribuem para o agravamento da situação.<sup>36</sup>

No dia 15 de março as forças de segurança invadem o convento dos dominicanos na Serra. Avisado por um dominicano do convento de Juiz de Fora, Dom João teria se negado a comparecer ao local.<sup>37</sup> Palavras do padre Carlos Frago: “Eles fizeram violências terríveis. E as pessoas que foram vítimas nunca mais se recuperaram. Era gente nossa, que convivia com a gente, isso dóia demais. A hierarquia afinava, porque tinha medo das conseqüências”.<sup>38</sup> O Conselho Presbiteral se reúne, e em meio ao relato do ocorrido, chega a notícia de que 18 padres da Floresta, Horto e Santa Inês pediam a realização de novo encontro do clero e a redação de um protesto “bastante forte”.<sup>39</sup>

No encontro do clero realizado dia 12 de junho, no Palácio Cristo Rei, Dom João apresenta um texto a ser emendado pelos cerca de 200 padres presentes. A versão definitiva oferece um simples relato dos últimos eventos, embora reconheça o “momento doloroso” e a “campanha de desmoralização” movida contra a arquidiocese.

A vitória da *Igreja do Silêncio* começa a se efetivar uma semana depois, na reunião do Conselho Presbiteral.<sup>40</sup> Analisado pelos presentes, um levantamento realizado pelo padre William Silva demonstrava que apenas 7,8% dos sacerdotes eram favoráveis a que se revidasse publicamente os ataques dos católicos excludentes. Sobre a pertinência de denúncias sobre a tortura e a repressão governamentais, o relatório de Silva (deliberadamente?) não fornece dados. Limita-se a reconhecer a “angústia



generalizada”, a “dificuldade de se conseguirem provas cabais”, a “rejeição das polêmicas” e, por fim, o “clima de medo” reinante.<sup>41</sup> Decide-se que não haveria novo encontro do clero ao fim do mês.

Eis o que se lê na ata do CP:

Na análise do momento presente, os próprios conselheiros, habituados a trabalhar em comum, não estavam se entendendo. E o clero, nesta discussão, como se comportaria? Há clima para uma tal reunião? Viu-se que não.<sup>42</sup>

É bastante provável que Dom João e Dom Serafim vissem com bons olhos esse recuo. Mesmo eles pareciam desconfiar da existência de *marxistas* e *subversivos* no clero. Tinham incentivado decisivamente o *aggiornamento*, mas não estavam dispostos a arcar com todas as suas conseqüências – sobretudo as políticas. Entre o Vaticano II e Medellín, administraram e até mesmo incorporaram o ímpeto dos leigos e clérigos inclusivos. Enquanto as pressões em contrário se deram apenas *intra-muros*, não viram problema em sustentar essa posição. Uma vez colocados diante de uma conjuntura política cada vez mais complexa e radicalizada, sob a ameaça crescente do regime militar, deles não se ouvia mais qualquer *palavra profética*.

É preciso não simplificar demais as coisas. Em que pese o forte caráter jurídico do catolicismo,<sup>43</sup> há que reconhecer que o recuo da hierarquia local contou com o devido lastro: não era outra a inclinação da maioria dos padres da capital. A partir de então, a história da *Igreja da Libertação* em Belo Horizonte não passa de um *poderia ter sido*.

Durante praticamente uma década (1969-1978) o clima de arbítrio político minou o antigo dinamismo dos católicos inclusivos. A situação parecia se reverter com a Conferência de Puebla, em 1979, a influência crescente

da teologia da libertação e a gradual abertura política interna.<sup>44</sup> Todavia, a eleição de João Paulo II (1978), demarca uma clara reviravolta da alta hierarquia católica em face do que se dizia serem os excessos de setores da Igreja latino-americana. A posse de Dom Serafim Fernandes de Araújo como arcebispo de Belo Horizonte, em 1986, deve ser entendida nesse contexto.<sup>45</sup>

Eis aí a dimensão trágica da história recente do assim chamado *progressismo católico*: quando catapultado pelo Concílio Vaticano II, o país afundava no autoritarismo militar. Superado este, era a vez de a própria igreja de Roma se decidir pelo caminho do neofundamentalismo de João Paulo II e de seu futuro sucessor.<sup>46</sup>

#### Notas |

1. PLESSNER, Helmuth. *Mit anderen Augen. Aspekte einer philosophischen Anthropologie*. Stuttgart: Reclam, 2000. Sobre os conceitos de “atitude natural” (*natürliche Einstellung*) e “mundo da vida” (*Lebenswelt*), cf. SCHÜTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Strukturen der Lebenswelt*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1979.

2. VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de psicologia social*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia, 1923. p. 42-43.

3. Cf. NEVES, Lucília de Almeida; DULCI, Otavio Soares; MENDES, Virgínia dos Santos (Org.). *Edgar de Godói da Mata Machado*: Fé, cultura e liberdade. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Loyola, 1993.

4. Cf. TOSTA, Sandra. *Os rituais da missa e do culto vistos de fora do altar*: religião e vivências cotidianas em duas comunidades eclesiais de base do bairro Petrolândia, Contagem, MG. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 1997. p. 79-84.

5. *Apud* MATOS, Henrique C. J. *Um estudo sobre o catolicismo militante em Minas, entre 1922 e 1936*. Belo Horizonte: O Lutador, 1990, p. 55.

6. Padre Tarcísio Machado, entrevista em 21/02/1995.

7. Cf. AMARAL, Deivison Gonçalves. *Confederação Católica do Trabalho*: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-MG, Belo Horizonte, 2007; e PASSOS, Mauro. *A classe trabalhadora em Minas Gerais e a Igreja Católica*. São Paulo: Loyola, 1991.

8. Numa carta pastoral de abril de 1943, insistia Dom Cabral: “os setores da AC não se podem tornar em círculos de ação política, mesmo que sejam ótimos os partidos” (Arquivo da Cúria Metropolitana – ACM, caixa 263).

9. Analisamos este movimento com mais detalhes em MATA, Sérgio da. JUC e MMC: polaridade político-religiosa em Belo Horizonte. *Revista de História Regional* (Ponta Grossa), v. 3, n. 1, p. 65-86, 1998.

10. Padre Alberto Antoniazzi, entrevista em 26/05/1995.

11. *Aggiornamento* foi um termo bastante utilizado nos meios católicos na década de 1960, e que denotava o processo de atualização da Igreja Católica.

12. POULAT, Émile. L’avenir d’un concile imprévu et imprévoyant. *La Pensée*, n. 304, p. 23-30, 1995.

13. ACM, Uma breve palavra de orientação para a JEC, fevereiro de 1962.

14. *Apud* KADT, Emmanuel de. *Catholic Radicals in Brazil*. London: Oxford. 1970, p. 88.

15. Cf. LÜBBE, Hermann. *Zeit-Erfahrungen*. Stuttgart: Franz Steiner, 1996. p. 14-16; e KOSELLECK, Reinhart. *Zeitschichten*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2003. p. 150-176.

16. O envolvimento da Liga da Mulher Democrata (Limde) no episódio é atestado por STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 181-184.

17. José Maria Rabelo, em *O Binômio*, 15/03/1964.

18. *Estado de Minas*, 18-19/04/1964.

19. Frei Sérgio Lobo, entrevista em 10/03/1995.

20. Alberto Deodato, em *Estado de Minas*, 18/06/1966.

21. Marcos Noronha, entrevista em 17/01/1995.

22. ACM, Avulso datado de 6/04/1967. Posteriormente, levantou-se a suspeita de que a iniciativa do documento teria partido de Dom Sigaud (*O Diário*, 17/08/1967).

23. *O Diário* – órgão de imprensa da Arquidiocese de Belo Horizonte –, 23/07/1967.

24. Cópia do texto original no Arquivo da Paróquia do Carmo-Sion – APCS, Arquivo da Ordem, pasta 45.

25. Cf. POULAT, Émile. L’ébranlement des églises dans un monde ébranlé. In: CROUZET, Maurice (Org.). *Le Monde depuis 1945*. Paris: PUF, 1973.

26. *O Diário*, 30/03/1968; e APCS, Carta aberta dos estudantes do ICFT da UCMG, arq. 01, gav. 02, pasta 67.

27. Michel Le Ven, entrevista em 23/11/1990.

28. Padre Carlos Fragoso, entrevista em 21/03/1995.

29. *Diário da Tarde*, 6/12/1968.

30. Para *O Diário* (12/12/1968), a iniciativa coubera ao próprio Dom João. Já Luís Viegas de Carvalho (entrevista em 15/05/1995) assegurou-nos que o prelado fora desconvocado a comparecer.

31. Michel Le Ven, entrevista citada.

32. SEDOC, março de 1969, 1252-1253.

33. APCS; documento sem referência.

34. SEDOC, junho de 1969, 1619-1625.

35. Boletim *Ação Urgente*, 9/01/1969. Padre Sérgio Palombo (entrevista em 23/01/1996) afirmou não ter “dúvida nenhuma” disso.

36. Síntese do plenário do dia 27/02/1969. ACM, cx. 244, pasta 1969.

37. Eliseu Lopes, entrevista em 25/04/1996.

38. Padre Carlos Fragoso, entrevista em 21/03/1995.

39. ACM, Livro de Atas das Reuniões do Conselho Presbiteral (1969-1977).  
40. A expressão “Igreja do Silêncio” consta de um folheto excludente apócrifo de princípios de 1969. Cf. MATA, Sérgio da. *A fortaleza do catolicismo*: identidades católicas e política na Belo Horizonte dos anos 60. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, Belo Horizonte, 1996. p. 248.

41. Documento sem título, ACM (caixa 244, pasta 1969).

42. ACM, Ata da 36ª Reunião do Conselho Presbiteral.

43. BENZ, Ernst. *Descrição do cristianismo*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 125.

44. Cf. DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: KRISCHKE, Paulo.; MAINWARING, Scott. (Org.). *A Igreja nas bases em tempo de transição*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

45. Cf. FERREIRA, Amauri Carlos. *O imaginário religioso e modos de vida urbana*: a experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte – Minas Gerais, anos 80. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), UNIMESP, São Bernardo do Campo, 2002. p. 106-108, 148.

46. O termo “neofundamentalismo” é empregado aqui na mesma acepção do renomado teólogo jesuíta LIBÂNIO, J. B. *A volta à grande disciplina*. São Paulo: Loyola, 1984. p. 148-155.

**Sérgio da Mata** é doutor em História pela Universidade de Colônia, Alemanha, professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto, autor do livro *Chão de Deus. Catolicismo popular, espaço e protourbanização em Minas Gerais, Brasil. Séculos XVIII-XIX*, Berlim: WVB, 2002, e de diversos artigos sobre história da religião e da protourbanização em Minas Gerais, teoria da história e historiografia alemã. No momento, prepara um livro sobre o tema *História & Religião*.